

Companhia Energética Sinop S.A.

(Pré-operacional)

**Informações contábeis
intermediárias
em 30 de junho de 2019**

Comentário de Desempenho
Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019
Divulgado em 1 de agosto de 2019

Comentário de Desempenho

Segundo Trimestre 2019

Divulgado em 1 de agosto de 2019

Comentário de Desempenho
Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019
Divulgado em 1 de agosto de 2019

Índice

Introdução.....	4
Destaques do Período	4
Indicadores Econômico-financeiros.....	6
Sobre a Sinop Energia.....	6
Desempenho Econômico-Financeiro.....	9
Ações Socioambientais e de Implantação do Reservatório	11
Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes	13
Declarações da Diretoria.....	13
Agradecimentos.....	13

Comentário de Desempenho

Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019

Divulgado em 1 de agosto de 2019

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao segundo trimestre (abril, maio e junho) de 2019 (“2T19”) e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 29 da Instrução CVM nº 480/09 para o Relatório da Administração/Comentário de Desempenho, a Companhia também disponibiliza as Informações contábeis intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, acompanhadas do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR do Auditor Independente. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As Informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019 são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o 2T19 e segundo trimestre de 2018 (“2T18”), exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Comentário de Desempenho estão apresentadas em milhares ou em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conforme citado na Nota Explicativa nº 01 às Informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019, a Companhia está em fase pré-operacional (em construção) e vem despendendo quantias significativas e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou terceiros para a conclusão da Usina Hidroelétrica Sinop (“UHE Sinop”). Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, refere-se às Notas Explicativas que fazem parte integral das Informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2019.

Destques do Período

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** No segundo trimestre de 2019, apesar da Companhia estar em fase pré-operacional, todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado somou 474.265 MWh, sendo 457.666 MWh no ACR e 16.599 MWh no ACL. O montante total de energia adquirida perante terceiros foi de 474.265 MWh.
- **Resultado Operacional:** Principalmente em função do aumento do custo de energia adquirido junto a terceiros no segundo trimestre de 2019, a Sinop Energia apresentou EBITDA negativo no montante de R\$ 59.547, comparado com EBITDA negativo no montante de R\$ 10.558 no mesmo período do ano anterior.
- **Obtenção da Anuência dos Credores para Rescindir o Contrato de Engenharia, Fornecimentos e Construção, celebrado entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A. (“Contrato de EPC”):** Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 26 de abril de 2019, tendo em vista os diversos inadimplementos contratuais por parte da Construtora Triunfo S.A., de modo a comprometer a conclusão das obras e atividades no

Comentário de Desempenho

Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019

Divulgado em 1 de agosto de 2019

cronograma pactuado, a Companhia propôs e obteve a anuência dos debenturistas da segunda emissão de debentures da Companhia e, ainda, do BNDES para rescindir o Contrato EPC e assumir, diretamente, a gestão das atividades necessárias para operacionalizar a UHE Sinop. Como reforço da estrutura gerencial da Companhia, quatro funcionários próprios foram efetivados na Diretoria de Engenharia e Construção e, ainda, foi contratada uma consultoria especializada em PMO (Gestão de Projetos) para apoiar o cumprimento do cronograma físico-financeiro e prestar serviço de *benchmarking* referente aos valores das contratações das atividades de engenharia pendentes para entrar em operação.

- **Obtenção da Anuência dos Credores para Alterar a Data Limite de Entrada em Operação:** Diante do impacto no cronograma de entrada em operação diante da rescisão do Contrato EPC, dentre outros fatores, em AGD realizada em assembleia geral de debenturistas realizada em 30 de maio de 2019, foi obtida, novamente, a anuência dos debenturistas para postergar a data limite de entrada em operação comercial de 31 de maio de 2019 para até 01 de dezembro de 2019 em contrapartida da realização de aportes de capital e do pagamento de *waiver fee* de 0,1% sobre o valor nominal unitário atualizado de cada debenture da segunda emissão de debentures da Companhia em 14 de junho de 2019. Em 29 de julho de 2019, a Companhia obteve a formalização da anuência do BNDES para postergar a data limite de entrada em operação comercial até 01 de dezembro de 2019.
- **Aportes de Capital:** No segundo trimestre de 2019, diante da obrigação assumida na AGD de 15 de janeiro de 2019 de realizar aportes de R\$ 148.000 até 05 de maio de 2019, os acionistas integralizaram o saldo pendente de R\$ 33.000 em 05 de abril de 2019 e, desta forma, cumpriram integralmente com todas as obrigações pecuniárias e não-pecuniárias assumidas naquela ocasião. Além do aporte vinculado ao compromisso assumido em AGD, os acionistas, na mesma data de 05 de abril de 2019, realizaram um aporte complementar de R\$ 4.936. Ainda no segundo trimestre de 2019, diante da obrigação assumida na AGD de 30 de maio de 2019 de realizar aportes de, no mínimo, R\$ 619.000 até 05 de novembro de 2019, os acionistas integralizaram R\$ 80.000 em 10 de junho de 2019. Para maiores informações, favor consultar Nota Explicativa nº 01.
- **Investimentos:** No segundo trimestre de 2019, a Companhia realizou a aquisição de ativos imobilizados no montante de R\$ 52.117, contra R\$ 157.720 no mesmo período de 2018. A redução de volume de investimentos é em função do estágio avançado da implementação do empreendimento.
- **Conclusão do Enchimento do Reservatório:** Em 13 de abril de 2019, a Companhia concluiu o enchimento do reservatório da UHE Sinop, etapa que precede os testes operacionais dos equipamentos de geração de energia com água.

Comentário de Desempenho

Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019

Divulgado em 1 de agosto de 2019

Indicadores Econômico-financeiros

Principais indicadores econômico-financeiros	Unidade	2T19	2T18	Variação ('19x'18)	
				Absoluta	Em %
Energia Comercializada (ACR)	MWh	457.666	-	457.666	NA
Energia Comercializada (ACL)	MWh	16.599	93.226	(76.627)	-82,2%
Receita líquida com venda de energia elétrica ¹	R\$, mil	55.270	17.343	37.927	218,7%
Margem bruta	%	-93,4%	-15,3%		
Lucro (prejuízo) líquido	R\$, mil	(39.464)	(6.170)	(33.294)	NA
Margem líquida	%	-71,4%	-35,6%		
Investimentos	R\$, mil	52.117	157.720	(105.603)	-67,0%
<u>Endividamento</u>	<u>R\$, mil</u>	<u>1.322.335</u>	<u>971.272</u>	<u>351.063</u>	<u>36,1%</u>
BNDES	R\$, mil	1.069.439	971.272	98.167	10,1%
Debêntures	R\$, mil	252.896	-	252.896	NA
Dívida líquida ²	R\$, mil	1.286.359	938.051	348.308	37,1%
Índice de capital próprio (ICP) ³	%	44%	53%	(9 p.p.)	NA
Índice de liquidez corrente (ILC) ⁴	índice	0,46	0,45	0,01	2,2%
Número de empregados próprios ⁵	Quantidade	64	90	(26)	-28,9%
Lucro (prejuízo) por ação	R\$	(0,033)	(0,013)	(0,020)	NA
Quantidade de ações ⁶	mil	1.857.002	1.680.867	176.135	10,5%

1. No primeiro trimestre de 2018, especificamente no período entre 07 de fevereiro de 2018 e 31 de março de 2018, a Companhia não possuía obrigações contratuais de fornecimento de energia em função da obtenção de excludente de responsabilidade concedida pela ANEEL através do Despacho da Diretoria nº 318 de 2018.
2. A Dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e equivalentes e Aplicações financeiras com resgate imediato.
3. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total
4. Índice de liquidez corrente (ILC): Ativo circulante / Passivo circulante
5. Posição no final do período findo em 30 de junho.
6. Média ponderada de ações ordinárias durante o período acumulado findo em 30 de junho.

Sobre a Sinop Energia

Perfil Corporativo

Constituída em 2013, a Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social único, a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (“EDFNF”) - membro do Grupo Electricité de France - EDF, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“ELETRONORTE”), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (“CHESF”), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”).

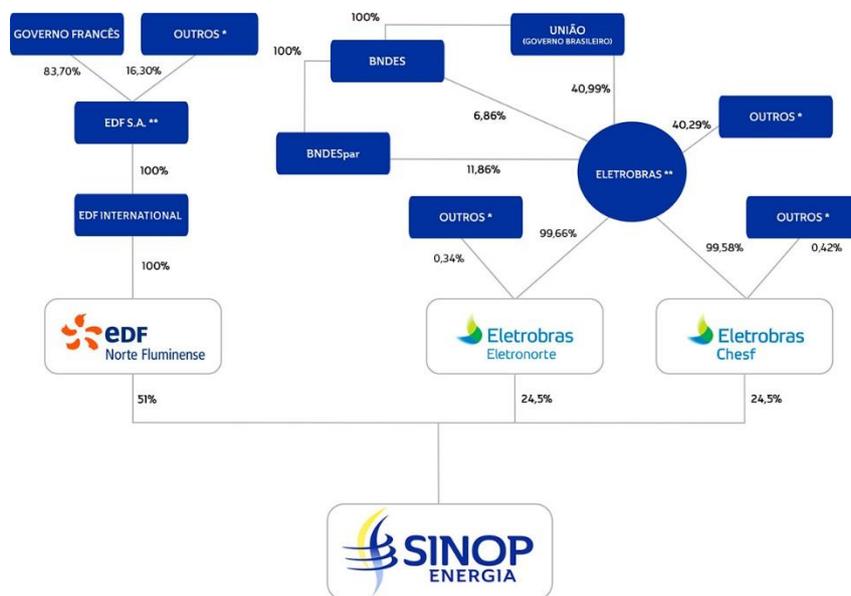
Comentário de Desempenho

Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019

Divulgado em 1 de agosto de 2019

Abaixo, apresentamos a estrutura acionária em 30 de junho de 2019:

Estrutura Societária da Sinop Energia (em 30 de junho de 2019)



* NÃO HÁ ACIONISTAS COM 10% OU MAIS DE PARTICIPAÇÃO
** LISTADA EM BOLSA DE VALORES

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop terá potência instalada de 401,88 MW, com reservatório a ser formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente terras de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atenderá o consumo de 1,6 milhão de pessoas, equivalente a 50% da população do estado de Mato Grosso.

Na data de publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias, a UHE Sinop encontrava-se em fase avançada de montagem eletromecânica e de testes operacionais, etapa que precede o comissionamento das duas unidades geradores da Usina.

Comentário de Desempenho
Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019
Divulgado em 1 de agosto de 2019

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria no 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop será comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada:

Destinação da Energia Gerada pela UHE Sinop

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MWmédios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

A Companhia obteve o registro na Comissão de Valores Mobiliários de empresa de capital aberto - Categoria “B” - sob nº 02415-5 em 22 de junho de 2017. Em 30 de junho de 2019, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1.960.136 (R\$ 1.694.200, em 30 de junho de 2018), que compreendem 1.960.136 (um bilhão, novecentos e sessenta milhões e cento e trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas (“Ações ON”) sem valor nominal.

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia realizou a emissão de 236.000 (duzentos e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000. Em 06 de julho de 2018, a agência de avaliação de risco de crédito, Fitch Ratings, atribuiu *Rating* Nacional de Longo Prazo “AA(bra)”, com Perspectiva Estável, à Segunda Emissão. Em 02 de julho de 2019, a Fitch Ratings afirmou *Rating* Nacional de Longo Prazo “AA(bra)”, com Perspectiva Estável, à Segunda Emissão. A revisão periódica da avaliação de risco de crédito da Segunda Emissão será realizada anualmente.

As debêntures da Segunda Emissão da Companhia são transacionadas no Balcão Organizado administrado pela B3 desde 03 de outubro de 2018 sob o Código de Ativo: “CSNP12” ou Código ISIN: “BRCSNPDBS022”. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 15.

Comentário de Desempenho

Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019

Divulgado em 1 de agosto de 2019

Desempenho Econômico-Financeiro

EBITDA Ajustado¹

No que concerne ao desempenho econômico e financeiro, no período de três meses findo em 30 de junho de 2019, a Companhia obteve EBITDA Ajustado negativo de R\$ 59.547, comparado com EBITDA Ajustado negativo de R\$ 10.558 no mesmo período do ano anterior. Tal desempenho se deve, substancialmente, em função do custo de energia adquirido junto a terceiros ser superior à receita auferida. A Companhia, necessariamente, cumpre suas obrigações contratuais de entrega de energia elétrica apesar da Companhia estar em estágio pré-operacional. Abaixo, apresentamos a conciliação entre o lucro líquido e o EBITDA e o EBITDA ajustado:

Valores em R\$ milhares	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/19	30/06/18	30/06/19	30/06/18
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(39.464)	(6.170)	(60.879)	(21.829)
Imposto de renda e contribuição social	(20.339)	(3.197)	(31.373)	(11.254)
Despesas financeiras, líquidas	(403)	(1.310)	(1.231)	(3.333)
Depreciação e amortização	658	119	1.306	237
EBITDA	(59.548)	(10.558)	(92.177)	(36.179)
(+/-) Itens não recorrentes	-	-	-	-
EBITDA Ajustado	(59.548)	(10.558)	(92.177)	(36.179)
Receita operacional líquida	55.270	17.343	117.150	32.372
Margem EBITDA Ajustado (%)	(107,7)	(60,9)	(78,7)	(111,8)

Despesas administrativas

A desmobilização da estrutura de apoio em função da fase avançada da implantação da UHE Sinop resultou em reduções no período de três meses findo em 30 de junho de 2019 comparado com o mesmo período do ano anterior, principalmente nas contas de serviços de terceiros (exceto pelo contrato de O&M).

	Períodos de três meses findos em			Períodos de seis meses findos em		
	30/06/19	30/06/18	Var %	30/06/19	30/06/18	Var %
Serviços de terceiros	(4.332)	(3.692)	17%	(7.908)	(5.927)	33%
Pessoal, encargos e benefícios	(2.040)	(2.099)	(3%)	(4.218)	(4.893)	(14%)
Depreciações e amortizações	(658)	(119)	N/A	(1.307)	(237)	N/A
Litígios trabalhistas	7	-	N/A	(783)	-	N/A
Passagens e hospedagens	(265)	(203)	31%	(405)	(348)	16%
Materiais	(200)	(50)	300%	(273)	(91)	200%
Arrendamentos e aluguéis	(128)	(122)	5%	(244)	(195)	25%
Outros	(950)	(392)	142%	(1.329)	(654)	103%
Total	(8.566)	(6.677)	28%	(16.467)	(12.345)	33%

¹ O EBITDA ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Comentário de Desempenho

Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019

Divulgado em 1 de agosto de 2019

Serviços de terceiros

A principal despesas da categoria Serviços de terceiros trata-se do contrato de O&M da UHE Sinop, que, no mesmo período de 2018, ainda não havia sido celebrado devido ao estágio de implantação do empreendimento. Se desconsiderarmos a despesa associada com o contrato de assessoria e consultoria de O&M, houve uma redução de 41% nas demais despesas com Serviços de terceiros no período de seis meses findo em 30 de junho de 2019. A maior redução pode ser observada na categoria Consultorias, honorários advocatícios e contábeis, onde a Companhia incorreu despesas não recorrentes com assessores jurídicos e financeiros contratados para a 2ª Emissão de Debêntures.

	Períodos de três meses			Períodos de seis meses		
	findos em		Var %	findos em		Var %
	30/06/19	30/06/18		30/06/19	30/06/18	
Assessoria e consultoria de O&M	(2.194)	-	N/A	(4.389)	-	N/A
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(1.279)	(3.226)	(60%)	(2.177)	(5.011)	(57%)
Monitoramento e vigilância	(449)	(56)	702%	(478)	(192)	149%
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(152)	(215)	(29%)	(411)	(341)	21%
Telefonia, internet, água e energia	(189)	(87)	117%	(281)	(183)	54%
Transportes	(2)	-	N/A	(11)	(21)	(48%)
Outros	(67)	(108)	(38%)	(161)	(179)	(10%)
Total	(4.332)	(3.692)	17%	(7.908)	(5.927)	33%

Despesas com Pessoal, encargos e benefícios

As despesas com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram redução de 13% no período de três meses findo em 30 de junho de 2019 comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente em função da desmobilização de colaboradores diante do estágio avançado da construção da UHE Sinop; o *headcount* em 30 de junho de 2019 foi de 64 pessoas, comparado com 90 funcionários na mesma data do ano anterior.

	Períodos de três meses			Períodos de seis meses		
	findos em		Var %	findos em		Var %
	30/06/19	30/06/18		30/06/19	30/06/18	
Remuneração de empregados	(1.199)	(1.382)	(13%)	(2.561)	(3.468)	(26%)
Encargos trabalhistas	(526)	(420)	25%	(1.025)	(847)	21%
Benefícios a empregados	(315)	(297)	6%	(632)	(578)	9%
Total	(2.040)	(2.099)	(3%)	(4.218)	(4.893)	(14%)

Endividamento Líquido e Indicadores de Alavancagem e Liquidez

A estrutura de capital continua equilibrada diante das integralizações de capital social pelos acionistas ao longo do segundo trimestre de 2019 no montante de R\$ 117.936, distribuídas da seguinte forma: R\$ 37.936 em abril de 2019 e R\$ 80.000 em junho de 2019.

Comentário de Desempenho

Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019

Divulgado em 1 de agosto de 2019

Abaixo apresentamos a evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez ao longo dos últimos 12 meses:

Valores em R\$ milhões	30/06/19	31/03/19	31/12/18	30/09/18	30/06/18
Debêntures¹	252,9	244,8	236,8	229,7	-
Circulante	16,9	6,7	5,9	5,7	-
Não circulante	236,0	238,1	230,9	224,0	-
Empréstimo BNDES	1.069,4	1.074,2	1.076,8	991,2	971,3
Circulante	145,1	168,2	99,0	75,4	73,8
Não circulante	924,3	906,0	977,8	915,8	897,5
Endividamento bruto	1.322,3	1.319,0	1.313,6	1.220,9	971,3
(-) Caixa e equivalentes de caixa	0,5	0,7	0,5	3,8	2,8
(-) Aplicações financeiras ²	35,5	35,3	16,0	75,5	30,5
Endividamento líquido	1.286,3	1.283,0	1.297,1	1.141,6	938,0
Patrimônio líquido	1.183,2	1.104,7	978,1	1.233,4	1.223,2
Grau de alavancagem³	52,1%	53,7%	57,0%	48,1%	43,4%
Patrimônio líquido	1.183,2	1.104,7	978,1	1.233,4	1.223,2
Ativo total	2.664,5	2.570,0	2.433,1	2.557,6	2.311,3
Índice de capital próprio⁴	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
Ativo circulante	116,1	110,2	84,8	146,4	75,4
Passivo circulante	250,6	249,6	175,1	161,8	168,3
Índice de liquidez corrente⁵	0,5	0,4	0,5	0,9	0,5

- 1) O valor apresentado acima e no balanço patrimonial foi contabilizado de acordo com CPC 20.
- 2) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.
- 3) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)
- 4) Patrimônio líquido / Ativo total
- 5) Ativo circulante / Passivo circulante

Ações Socioambientais e de Implantação do Reservatório

Conclusão do enchimento do reservatório

O enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica (UHE) Sinop iniciou em 30 de janeiro e encerrou em 13 de abril de 2019. O procedimento, que representou mais um importante marco para o projeto, foi minuciosamente controlado, sendo finalizado de forma progressiva, alcançando a cota 302 metros (nível máximo operativo), correspondente à uma área de 342 km² e um volume total da ordem de 3 bilhões de m³. O processo foi executado dentro das obrigações estabelecidas no Projeto Básico Ambiental (PBA), no Plano de Enchimento Controlado (PEC) e contou com o acompanhamento diário do órgão licenciador, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA-MT). No período várias atividades ocorreram de forma conjunta, por meio de ações e medidas dos programas que fazem parte das condicionantes do licenciamento ambiental, incluindo rotina diária de monitoramento da qualidade da água à montante e à jusante do barramento da UHE Sinop, monitoramento e resgate da ictiofauna, atividades de resgate da fauna, comunicação social e fiscalização patrimonial, as quais permanecem durante o período de estabilização do reservatório da UHE Sinop.

Comentário de Desempenho

Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019

Divulgado em 1 de agosto de 2019

Conservação da Fauna

Durante a fase de enchimento do reservatório da UHE Sinop, as ações de Afugentamento e Resgate da Fauna Terrestre, as quais estão inseridas no Plano de Monitoramento e Conservação da Fauna, tiveram um papel fundamental na garantia da segurança e conservação das espécies encontradas. Além do afugentamento (dispersão da fauna para local seguro) mais de 26 mil animais foram resgatados nesta fase, entre répteis (52,8%), anfíbios (41%), mamíferos (6%) e aves (0,2%). Todos os animais foram registrados, examinados e os aptos à soltura, foram redirecionados à natureza imediatamente, com exceção de algumas serpentes que foram encaminhadas ao Instituto Butantan, em São Paulo, no intuito de contribuir com a produção de imunobiológicos (soros e vacinas), os quais estão escassos em todo país.

Sociedade informada permanentemente

Trabalhamos em parceria com a população; algumas ações desenvolvidas no período incluem:

Fórum de Acompanhamento Social

No dia 24 de abril de 2019, a Sinop Energia realizou a 17ª Reunião do Colegiado do Fórum de Acompanhamento Social (FAS). O evento aconteceu em Sinop com a presença de representantes de entidades, associações e sociedade civil organizada das comunidades diretamente envolvidas pela UHE Sinop. O Fórum é uma das ferramentas para manter a interação entre o Empreendimento e os envolvidos, o que garante um diálogo transparente e a adequada divulgação das ações socioeconômicas e ambientais planejadas e que estão sendo implementadas nos cinco municípios da área de abrangência da Usina: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso. O enchimento controlado do reservatório foi um dos assuntos abordados na 17ª reunião, que teve como pauta central, a atualização do processo de licenciamento ambiental do Empreendimento.

Sistema “Fale Conosco” e Visitas às Comunidades

A linha gratuita 0800-642-5009, que está integrada ao Sistema Fale Conosco da UHE Sinop, gerenciado pela equipe de Comunicação, funcionou 24h durante enchimento do reservatório. Pessoas de todo Brasil puderam tirar as suas dúvidas a respeito do procedimento através do canal de atendimento e também da Ouvidoria do site www.sinopenergia.com.br e do Centro de Atendimento, situado na avenida das Sibipirunas, nº 3662, em Sinop. Além dos atendimentos do Sistema Fale Conosco, a equipe de Comunicação realizou visitas nas comunidades para informar a população das áreas de influência direta e indireta da Usina sobre a formação do lago. As ações do Programa de Comunicação Social estabelecem um processo permanente de diálogo entre o Empreendimento e a sociedade, desde o início da implantação do empreendimento. De 2014 a 2019 a equipe realizou mais de 20 mil atendimentos às comunidades para informar sobre o projeto. Durante o período de enchimento controlado do reservatório da UHE Sinop foram realizadas quase 600 visitas à comunidade, além da distribuição de folders e boletins informativos e veiculação de informações através de inserções semanais em emissoras de rádio e TV, sendo registrada a distribuição / veiculação de mais de 7.000 produtos de comunicação.

Outros destaques socioambientais no período

- Protocolo junto à SEMA/MT, em 03/05/2019, do 10º Relatório Consolidado de Andamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) e do Atendimento à Condicionantes.

Comentário de Desempenho
Segundo Trimestre do Exercício Social de 2019
Divulgado em 1 de agosto de 2019

- Protocolo junto ao BNDES, em 23/05/2019, do 10º Relatório Gerencial Socioambiental.
- Emissão, pela SEMA/MT, em 28/06/2019, do Ofício nº 145163/SUIMIS/2019, autorizando a realização dos testes de comissionamento nas Unidades Geradoras.

Declaração sobre Consultoria Prestada pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 16 de abril de 2019, para a emissão do relatório de auditoria sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 e os relatórios de revisão das Informações Trimestrais contemplando os balanços patrimoniais em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019. A partir do contrato celebrado referente ao exercício de 2019, a KPMG prestou serviços apenas dedicadas à auditoria de revisão trimestral. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações contábeis aqui apresentadas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“ICVM 480”), os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras intermediárias referente aos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018, respectivamente, e com as opiniões expressas no Relatório Especial de Auditoria da KPMG Auditores Independentes referente às mesmas.

Agradecimentos

Agradecemos a todas as instituições e pessoas que contribuíram para a implantação da UHE Sinop, em particular aos acionistas, funcionários próprios e de terceiros e, por fim, às instituições públicas.

A Diretoria da Sinop Energia

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias	15
Balancos patrimoniais	17
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações de resultados abrangentes	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	21
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	23



KPMG Auditores Independentes
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselho de Administração e aos Diretores da
Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)
Sinop - MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais



acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

A informação contábil intermediária relativa à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de julho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 01 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo José de Aquino
Contador CRC- 1SP183836/O-6

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2019	31/12/2018		Nota	30/06/2019	31/12/2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	461	522	Fornecedores	13	63.337	42.993
Aplicações financeiras	5	35.515	15.999	Tributos e contribuições a recolher		1.345	3.735
Contas a receber	6	39.300	17.599	Obrigações trabalhistas		2.041	1.491
Estoques		2.447	-	Obrigações setoriais		218	97
Tributos e contribuições a recuperar	7	35.910	34.657	Financiamento BNDES	14	145.158	99.018
Adiantamentos		2.014	221	Debêntures	15	16.917	5.879
Despesas antecipadas	8	418	15.833	Uso do bem público	12	2.884	3.792
Total do ativo circulante		116.065	84.831	Provisões sócioambientais	16	17.952	17.952
				Provisões para contingências	17	783	108
Não circulante				Total do passivo circulante		250.635	175.065
Tributos e contribuições a recuperar	7	8.674	189	Não circulante			
Fundos vinculados	9	88.462	56.616	Financiamento BNDES	14	924.281	977.785
Ativo fiscal diferido	10	398.865	367.492	Debêntures	15	235.979	230.915
Total do realizável a longo prazo		496.001	424.297	Obrigações setoriais		542	65
				Uso do bem público	12	31.392	26.965
Imobilizado	11	2.018.322	1.893.160	Provisões sócioambientais	16	38.532	44.136
Intangível	12	34.149	30.762	Total do passivo não circulante		1.230.726	1.279.866
Total do ativo não circulante		2.548.472	2.348.219	Patrimônio líquido			
				Capital social	18	1.960.136	1.694.200
				Prejuízos acumulados	18	(776.960)	(716.081)
Total do ativo		2.664.537	2.433.050	Total do patrimônio líquido		1.183.176	978.119
				Total do passivo e do patrimônio líquido		2.664.537	2.433.050

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Nota	Períodos de três meses findos		Períodos de seis meses findos	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita de vendas				
Receita líquida com venda de energia elétrica	19	55.270	17.343	117.150
Outras receitas	19	-	8.772	-
Custos com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	20	(97.841)	(20.959)	(176.195)
Encargos de uso da rede elétrica	21	(9.069)	(9.156)	(17.971)
Resultado bruto				
		(51.640)	(4.000)	(77.016)
Despesas gerais e administrativas	22	(8.566)	(6.677)	(16.467)
Resultado antes do resultado financeiro				
		(60.206)	(10.677)	(93.483)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras		1.399	1.635	2.539
Despesas financeiras		(996)	(325)	(1.308)
Resultado financeiro				
	23	403	1.310	1.231
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social				
		(59.803)	(9.367)	(92.252)
Contribuição social diferida	10	5.383	842	8.302
Imposto de renda diferido	10	14.956	2.355	23.071
Resultado do período				
		(39.464)	(6.170)	(60.879)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>Períodos de três meses findos</u>		<u>Períodos de seis meses findos</u>	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Resultado do período	(39.464)	(6.170)	(60.879)	(21.829)
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(39.464)</u>	<u>(6.170)</u>	<u>(60.879)</u>	<u>(21.829)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2018		<u>1.550.200</u>	<u>(449.185)</u>	<u>1.101.015</u>
Integralização de capital social em moeda corrente		144.000	-	144.000
Resultado do período		<u>-</u>	<u>(21.829)</u>	<u>(21.829)</u>
Saldo em 30 de junho de 2018		<u>1.694.200</u>	<u>(471.014)</u>	<u>1.223.186</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2019		<u>1.694.200</u>	<u>(716.081)</u>	<u>978.119</u>
Integralização de capital social em moeda corrente	18	265.936	-	265.936
Resultado do período		<u>-</u>	<u>(60.879)</u>	<u>(60.879)</u>
Saldo em 30 de junho de 2019		<u>1.960.136</u>	<u>(776.960)</u>	<u>1.183.176</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Períodos de seis meses findos	
	30/06/2019	30/06/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período antes dos impostos	(92.252)	(33.083)
Encargos da dívida	65.541	-
Provisões (venda de energia, rendimentos de aplicações financeiras e contingências passivas)	(38.577)	(6.405)
Depreciação e amortização	1.306	237
	(63.982)	(39.251)
Variações no ativo		
Adiantamentos	(1.793)	(189)
Tributos e contribuições a recuperar	(9.738)	(11.400)
Títulos e créditos a receber	17.559	(19.123)
Despesas antecipadas	15.415	(729)
Depósitos vinculados	(31.846)	(25.719)
Estoques	(2.447)	-
	(12.850)	(57.160)
Variações no passivo		
Fornecedores	1.730	(24.646)
Tributos e contribuições a recolher	(2.390)	1.140
Obrigações trabalhistas	550	67
Encargos setoriais	590	-
Uso do bem público	(1.049)	-
	(569)	(23.439)
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	(47.972)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(125.373)	(119.850)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(19.516)	184.854
Adição de imobilizado	(111.322)	(224.431)
Adição de intangível	-	(66)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(130.838)	(39.643)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital social	265.936	144.000
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	(9.786)	17.172
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	256.150	161.172
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(61)	1.679
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	522	1.083
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	461	2.762
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(61)	1.679

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética Sinop S.A. (Pré-operacional)

Demonstrações dos valores adicionados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Períodos de seis meses findos	
	30/06/2019	30/06/2018
1 – Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	130.382	44.444
	130.382	44.444
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e Cofins)	-	-
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(214.361)	(65.214)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.329)	(6.801)
Perda/Recuperação de valores ativos - <i>Perdas esperadas</i>	(471)	-
Outras (contingências trabalhistas)	(783)	-
	(224.944)	(72.015)
3 - Valor adicionado bruto	(94.562)	(27.571)
4 - Retenções		
Depreciação, amortização e exaustão	(1.306)	(237)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(95.868)	(27.808)
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.539	3.788
	2.539	3.788
7 - Valor adicionado total a distribuir	(93.329)	(24.020)
8 - Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.340	4.109
Benefícios	632	578
FGTS	246	206
	4.218	4.893
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(38.266)	(7.954)
Estaduais	46	213
Municipais	-	7
	(38.220)	(7.734)
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	1.308	455
Aluguéis	244	195
	1.552	650
Remuneração de capitais próprios		
Resultado do período	(60.879)	(21.829)
	(60.879)	(21.829)
Valor adicionado total	(93.329)	(24.020)
	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (Companhia ou Sinop Energia) é uma Sociedade de Propósito Específico, de capital aberto, constituída em 28 de outubro de 2013. Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia teve seu controle acionário alterado, com o ingresso da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. na composição acionária da Companhia. O controle é exercido de forma compartilhada nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 18), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia tem como objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e comercialização da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Sinop (UHE ou UHE Sinop ou Usina ou Empreendimento), sendo-lhe vedado participar do capital de qualquer outra sociedade. A sede da Companhia localiza-se na Cidade de Sinop, no Estado de Mato Grosso, no Setor Comercial, Av. das Sibipirunas, nº 3.662, e a Usina situa-se entre os municípios de Cláudia e Itaúba, no Estado de Mato Grosso.

A Sinop Energia observa as normas específicas para geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL ou Agência Reguladora) e pelo Ministério de Minas e Energia (MME ou Poder Concedente). Cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica.

Em 6 de fevereiro de 2018, a Diretoria da ANEEL, através do Despacho nº 318, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.005654/2013-48, decidiu:

- (i) Indeferir o pedido de reconhecimento de excludente de responsabilidade referente ao período de suspensão da Licença de Implantação e ao atraso da imissão na posse das terras necessárias à construção do Empreendimento hidrelétrico.
- (ii) Reconhecer 11 meses como excludente de responsabilidade, em razão da mora para concessão das Autorizações para Supressão Vegetal (ASV), ASV Solo e ASV Rocha.
- (iii) Determinar que o período reconhecido como excludente de responsabilidade deve ser refletido em novo cronograma contratual, bem como na alteração dos prazos inicial e final dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR).

- (iv) Afastar, pelo período definido no item (ii), a concessionária de todas as obrigações relacionadas a aquisição e aporte de lastro e de outras garantias, bem como de todas as penalidades e encargos decorrentes do atraso da operação comercial da UHE Sinop.

Em atendimento ao item (iii), o cronograma perante o Poder Concedente para o início de suprimento de energia foi alterado para 1º de dezembro de 2018 e, ainda, os prazos inicial e final dos CCEAR foram ajustados para 1º de dezembro de 2018 e 30 de novembro de 2048, respectivamente, por meio de aditivos contratuais. A energia para atender aos CCEAR firmados pela Companhia tem sido adquirida de terceiros com recursos provenientes dos acionistas da Sinop Energia.

Neste contexto, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT) concedeu a Licença de Instalação definitiva, cuja validade é até 5 de junho de 2022. Em 19 de outubro de 2018, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão que, entre outros ajustes, resultou nas seguintes alterações significativas ao Contrato de Concessão, o qual passou a prever que: (i) o início da Operação Comercial da 1ª Unidade Geradora fosse em 1º de dezembro de 2018 e o início da Operação Comercial da 2ª Unidade Geradora fosse em 1º de fevereiro de 2019; e (ii) o prazo da concessão foi prorrogado para 26 de janeiro de 2050.

Todavia, o início das operações previsto no aditivo do contrato de concessão foi prejudicado pelo atraso na obtenção da Licença de Operação (LO) para o enchimento da barragem, o qual, conforme mencionado acima, a Companhia protocolizou com a SEMA/MT o requerimento solicitando a LO sob o nº 23414/2018 em 18 de janeiro de 2018, que trata do enchimento do reservatório e da subsequente operação da Usina. Em 30 de janeiro de 2019, iniciou-se o enchimento do reservatório da UHE Sinop, conforme a Autorização nº 1028/2019 emitida em 24 de janeiro de 2019 pela SEMA-MT com validade até 19 de janeiro de 2020. Em 13 de abril de 2019, a Companhia concluiu a fase de enchimento do reservatório da UHE Sinop. Os principais marcos do projeto até a entrada em operação comercial são a conclusão da montagem e dos testes dos equipamentos eletromecânicos e a obtenção da licença operacional. A Sinop Energia obteve a anuência dos seus principais credores (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os debenturistas da segunda emissão de debêntures da Companhia) para postergar a data limite contratual de entrada em operação comercial para até 01 de dezembro de 2019. O novo prazo de entrada em operação comercial representa a data limite para fins de condições contratuais junto aos debenturistas e ao BNDES e não reflete, necessariamente, o cronograma físico de entrada em operação comercial.

Com o objetivo de potencializar as ações positivas, evitar, mitigar ou compensar aquelas de natureza negativa que possam ser provocadas pelas intervenções necessárias para implantar o Empreendimento e, posteriormente, para operá-lo, a Companhia assumiu os compromissos relacionados no Projeto Básico Ambiental (PBA). Este documento é composto por 56 programas socioambientais com metodologias, escopos, produtos, responsabilidades e cronogramas específicos, a serem gerenciados ao longo da etapa de implantação da Usina Hidrelétrica Sinop, bem como durante sua operação.

A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria nº 334, de 20 de novembro de 2014, e Ato Declaratório Executivo nº 5, de 28 de janeiro de 2015, da Receita Federal do Brasil

(RFB). As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Desde 29 de dezembro de 2017, a Companhia possui o benefício da redução de 75% do IRPJ, ficando a Companhia obrigada a informar a efetiva entrada em operação do Empreendimento.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 134.570 (R\$ 90.234 em 31 de dezembro de 2018) e prejuízo no semestre de R\$ 60.879 (R\$ 21.829 em 30 de junho de 2018) e ainda terá dispêndio de gastos significativos até o comissionamento das unidades geradoras do Empreendimento. De acordo com estimativas e projeções, tanto o capital circulante líquido negativo quanto as demandas para futuros investimentos para a conclusão da UHE Sinop e início de suas operações serão suportadas pelas receitas de operações futuras, por aportes de acionistas e/ou captação de financiamentos bancários, caso seja necessário.

Conforme os termos do Acordo de Acionistas, o contrato de financiamento celebrado com o BNDES e a Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, os acionistas aportarão os recursos adicionais necessários para viabilizar a entrada em operação da UHE Sinop.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 15 de janeiro de 2019, os investidores detentores da 2ª emissão da Sinop Energia, que representam 83,2% das debêntures em circulação, aprovaram, por unanimidade dos debenturistas presentes, o pedido de *waiver* pleiteado pela Companhia para postergar a data limite de entrada em operação comercial de janeiro de 2019 para 31 de maio de 2019.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 30 de maio de 2019, os investidores detentores da 2ª emissão da Sinop Energia, que representam 86,7% das debêntures em circulação, aprovaram, por unanimidade dos debenturistas presentes, o pedido de *waiver* pleiteado pela Companhia para postergar a data limite de entrada em operação comercial de 31 de maio de 2019 para 01 de dezembro de 2019. Em contrapartida à concessão do *waiver* pelos debenturistas, os acionistas da Companhia assumiram o compromisso e realizar aportes adicionais de *equity*, com o objetivo de viabilizar a entrada em operação comercial até 01 de dezembro de 2019 e o cumprimento das cláusulas do financiamento do BNDES e da Escritura (em particular quanto à constituição das Contas Reservas e Contas Reservas Adicionais), no montante total de R\$ 619.000 até 05 de novembro de 2019 e, ainda, realizar o pagamento aos debenturistas de um *waiver fee* de 0,1% sobre o valor nominal de cada debênture em 14 de junho de 2019. Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, quanto a essa obrigação assumida na AGD de 30 de maio de 2019, os acionistas haviam aportado o montante total de R\$ 200.000.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de

contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção do CPC 06 / IFRS 16, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2018 não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Na preparação destas informações intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 01 de agosto de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real e estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das informações financeiras anuais da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela adoção do CPC 06 / IFRS 16, que

devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras intermediárias, exceto para os itens abaixo:

3.1 CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A adoção da nova norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

A Companhia adotou no dia 1º janeiro de 2019, o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 que requer o reconhecimento dos contratos de arrendamento mercantil como uma compra financiada de ativos, exceto para os casos em que os contratos forem de curto prazo ou imateriais.

A Companhia analisou os contratos de aluguéis existentes em 30 de junho de 2019 e identificou que os mesmos têm período de vigência de curto prazo. Portanto, os contratos de aluguéis não têm impacto relevante na adoção do IFRS 16.

3.2 ICPC 22 – Incertezas sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta incerteza.

A Companhia avaliou seus tratamentos de tributos sobre o lucro e concluiu a que aplicação da norma não gerou impacto em seus resultados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2019	31/12/2018
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente:		
- Banco Bradesco S.A.	430	88
- Banco Itaú Unibanco S.A.	18	186
- Banco do Brasil S.A.	9	74
- Banco ABC S.A.	2	172
	<u>461</u>	<u>522</u>

Em 30 de junho de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e depósitos bancários à vista. São utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

5 Aplicações financeiras

	30/06/2019	31/12/2018
Certificado de Depósito Bancário (CDB) (i)	35.515	3.137
Fundos de investimento (ii)	-	12.862
	<u>35.515</u>	<u>15.999</u>

Principais características das aplicações financeiras:

- (i) CDB do Banco do Brasil com taxa de remuneração realizada no período de três meses findo em 30 de junho de 2019 entre 75% e 96% do CDI (98% do CDI em 31 de dezembro de 2018).
- (ii) Fundos de investimento do tipo multimercado gerido pelo Bradesco, com taxa de remuneração realizada em 2018 de 98,85% do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 25.

6 Contas a receber

	30/06/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes	39.045	17.599
Partes relacionadas (b)	726	-
(-) Perdas esperadas (i)	(471)	-
	<u>39.300</u>	<u>17.599</u>

- (i) Em 30 de junho de 2019, a Companhia provisionou R\$ 471 de perdas esperadas, conforme mandado de segurança cível, referente ao processo nº 1015553-26.2019.4.01.3400 da 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, movido pela Boa Vista Energia S. A. em face da ANEEL e ciência da CCEE no qual a parte impetrante objetiva ser desobrigada ao pagamento de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – (“CCEARs”) vigentes, bem como, se abstenha de aplicar qualquer sanção em decorrência do inadimplemento dos referidos valores e das contabilizações realizadas pela CCEE em função desses contratos, incluindo a sua inscrição no cadastro de inadimplente da Agência, até que a ANEEL aprecie em definitivo o requerimento registrado nos autos do Processo Administrativo nº 48500.006447/2017-34.

Referem-se, substancialmente: (a) venda de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 39.005 (R\$ 13.649 em 31 de dezembro de 2018); (b) venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre (ACL) a partes relacionadas R\$ 726 (R\$ 3.950 em 31 de dezembro de 2018). (c) venda de madeira R\$ 31; e (d) outras contas a receber R\$ 9.

De acordo com as normas vigentes estabelecidas pela ANEEL e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e, em função da Sinop Energia estar comercializando energia em fase pré-operacional, a Companhia recebe os créditos oriundos dos contratos no ACR no prazo de sessenta dias após a emissão de nota fiscal, deduzido do percentual de 15%, a partir do terceiro mês de atraso de entrada em operação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía provisão para perdas esperadas sobre os créditos.

7 Tributos e contribuições a recuperar

Circulante

	30/06/2019	31/12/2018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	23.909	23.154
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras (ii)	6.838	6.341
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	5.163	5.162
	<u>35.910</u>	<u>34.657</u>

Não circulante

	30/06/2019	31/12/2018
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar (i)	6.661	-
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar (i)	1.584	-
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	345	105
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recuperar	66	66
Imposto de Renda a recuperar	18	18
	<u>8.674</u>	<u>189</u>

- (i) A Companhia, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.833/03, credita-se do PIS e da COFINS não cumulativos referentes aos serviços prestados na área de meio ambiente (nas atividades da área de engenharia não há créditos de PIS e COFINS em função do benefício do REIDI que determina a isenção de tais tributos sobre os valores dos materiais e serviços contratados), faturas de energia elétrica, locações e depreciação acumulada.
- (ii) Imposto de Renda sobre os valores resgatados das aplicações financeiras em 30 de junho de 2019 referentes aos aportes dos acionistas, aportes do BNDES e recursos obtidos com a segunda emissão de debêntures.

8 Despesas antecipadas

	30/06/2019	31/12/2018
Seguros	418	95
Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão (EUST) (i)	-	15.738
	<u>418</u>	<u>15.833</u>

- (i) Pagamento dos EUST's referentes ao período de dezembro de 2017 a junho de 2018. A partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia estava obrigada a cumprir os contratos CCEARs. Consequentemente, os Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão foram apropriados no valor de R\$ 15.738 (R\$ 3.266 em 31 de dezembro de 2018).

Movimentação das despesas antecipadas - 6 meses

Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2019
15.738	-	(15.738)	-

Movimentação das despesas antecipadas - 12 meses

Saldo em 01/01/2018	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
-	19.004	(3.266)	15.738

9 Fundos vinculados

	30/06/2019	31/12/2018
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	29.296	28.454
Conta reserva adicional	29.230	28.162
Conta centralizadora	9.667	-
	68.193	56.616
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	17.374	-
Conta pagamento das debêntures	2.895	-
	20.269	-
	88.462	56.616

(i) Referentes aos empréstimos BNDES

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debentures da segunda emissão da Companhia.

Conta Reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II - Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

Conta Reserva Adicional

A conta reserva adicional deve ser composta por 9 (nove) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida até 15 de julho de 2019. O financiamento celebrado com o BNDES é objeto da Nota Explicativa nº 14.

Os montantes depositados na conta reserva e na conta reserva adicional estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, conforme recomendado pelo BNDES no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Anexo V, “Investimentos Permitidos”, com a seguinte composição: 78,37% em títulos públicos; 21,63% em compromissadas, remunerada em 6,14% nos últimos 12 meses.

(ii) Referentes às debêntures

Conta Reserva

A conta reserva das debentures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta Reserva Adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15.

Conta Pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Créditos tributários

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores-base:

	Alíquota	30/06/2019	31/12/2018
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(185.362)	(93.123)
Imposto de renda diferido	25%	45.790	22.719
Contribuição social diferida	9%	16.480	8.178
		62.270	30.897
	Alíquota	30/06/2019	31/12/2018
Diferenças temporárias		(989.984)	(989.984)
Imposto de renda diferido	25%	247.496	247.496
Contribuição social diferida	9%	89.099	89.099
		336.595	336.595
		30/06/2019	31/12/2018
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.175.346)	(1.083.107)
Imposto de renda diferido		293.286	270.215
Contribuição social diferida		105.579	97.277
		398.865	367.492

Com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos sobre o prejuízo fiscal e a base de cálculo negativa, conforme demonstrados a seguir:

b. Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2017	229.977
Reconhecimento no período	11.254
Saldo em 30 de junho de 2018	241.231
Saldo em 31 de dezembro de 2018	367.492
Reconhecimento no período	31.373
Saldo em 30 de junho de 2019	398.865

c. Demonstrativo da base de cálculo

	30/06/2019		30/06/2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(92.252)	(92.252)	(33.083)	(33.083)
Efeito das adições no cálculo do tributo	13	13	19	19
Adições	13	13	19	19
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(92.239)	(92.239)	(33.064)	(33.063)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no período	(23.060)	(8.302)	(8.266)	(2.976)
Outros	(11)	(12)	(12)	(12)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(23.071)	(8.302)	(8.278)	(2.976)
	25%	9%	25%	9%

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de junho de 2019:

Exercícios	Total
2020	676
2021	2.222
2022	4.183
2023	5.894
2024	8.112
2025	8.908
2026	10.748
2027	12.548
2028	14.928
2029	17.164
2030	19.418
Após 2030	294.066
Total	398.865

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

11 Imobilizado

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2019 do imobilizado

		Saldos em 31/12/2018	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 30/06/2019
Geração em curso						
Terrenos		387.428	926	-	2.023	390.377
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		1.398.002	20.470	-	8.755	1.427.227
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		480.950	26.326	-	1.438	508.714
Máquinas e equipamentos a ratear		328.704	2.264	-	1.811	332.779
Veículos		447	-	-	-	447
Estudos de projetos a ratear	(i)	23.574	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(ii)	3.599	424	-	(2.710)	1.313
		2.622.704	50.410	-	11.317	2.684.431
Terrenos a pagar	(iii)	255	4.764	-	(2.023)	2.996
Medições	(iii)	9.826	8.199	-	(9.294)	8.731
Juros capitalizados	(iv)	249.830	66.495	-	-	316.325
Subtotal - Geração em curso		2.882.615	129.868	-	-	3.012.483
Em serviço						
Veículos		-	171	-	-	171
Máquinas e equipamentos		65	786	-	-	851
Móveis e utensílios		-	49	-	-	49
(-) Depreciação acumulada	(3)	(3)	-	(15)	-	(18)
Subtotal - Geração em serviço		62	1.006	(15)	-	1.053
Total geração		2.882.677	130.874	(15)	-	3.013.536
Administração						
Em serviço		1.168	17	-	-	1.185
(-) Depreciação acumulada		(752)	-	(110)	-	(862)
Total Administração		416	17	(110)	-	323
Total		2.883.093	130.891	(125)	-	3.013.859
(-) Ajuste a valor presente		-	(5.604)	-	-	(5.604)
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(989.933)	-	-	-	(989.933)
Imobilizado líquido		1.893.160	125.287	(125)	-	2.018.322

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 do imobilizado

		Saldos em 2017	Adições	Depreciação	Transferências	Saldos em 2018
Geração em curso						
Terrenos		311.060	52.174	-	24.194	387.428
Edificações, obras e benfeitorias a ratear		1.230.556	35.816	-	131.630	1.398.002
Reservatórios, barragens e adutoras a ratear		210.603	187.830	-	82.517	480.950
Máquinas e equipamentos a ratear		280.145	302	-	48.257	328.704
Veículos		-	447	-	-	447
Estudos de projetos a ratear	(i)	23.574	-	-	-	23.574
Adiantamentos a fornecedores	(ii)	25.980	30.327	-	(52.708)	3.599
		2.081.918	306.896	-	233.890	2.622.704
Terrenos a pagar	(iii)	11.324	13.100	-	(24.169)	255
Medições	(iii)	25.471	194.076	-	(209.721)	9.826
Juros capitalizados	(iv)	147.141	102.689	-	-	249.830
Subtotal - Geração em curso		2.265.854	616.761	-	-	2.882.615
Em serviço						
Máquinas e equipamentos		-	65	-	-	65
(-) Depreciação acumulada		-	-	(3)	-	(3)
Subtotal - Geração em serviço		-	65	(3)	-	62
Total geração		2.265.854	616.826	(3)	-	2.882.677

Administração					
Em serviço	1.120	52	(4)	-	1.168
(-) Depreciação acumulada	(540)	-	(212)	-	(752)
Total Administração	580	52	(216)	-	416
Total	2.266.434	616.878	(219)	-	2.883.093
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(613.475)	(376.458)	-	-	(989.933)
Imobilizado líquido	1.652.959	240.420	(219)	-	1.893.160

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia não possuía bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos investimentos iniciais realizados nas fases de estudo, inventário e viabilidade realizados na UHE Sinop, considerados como custo da obra, estabelecidos no contrato de concessão, em consonância com as regras contábeis, societárias e regulatórias.
- (ii) Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de recursos aos principais fornecedores envolvidos na construção da UHE Sinop.
- (iii) As rubricas destinam-se aos reconhecimentos dos custos incorridos na construção e aquisições de terrenos da UHE Sinop, cujos pagamentos aos fornecedores/proprietários ainda não ocorreram. O reconhecimento do ativo é mensurado com base em laudos de engenharia e escrituras públicas.
- (iv) Referem-se, substancialmente, aos encargos sobre os financiamentos líquidos das receitas financeiras (CPC 20 - R1) incorridos na fase de construção da UHE Sinop.

	30/06/2019	31/12/2018
Encargos BNDES (i)	49.874	92.233
Encargos debêntures (ii)	15.667	12.618
Apropriação de custo BNDES	520	960
Apropriação de custo debêntures	435	438
Receita financeira das aplicações financeiras (iii)	-	(3.560)
	66.496	102.689

- (i) Encargos incidentes sobre os valores aportados, relativos ao subcrédito "A", conforme o Contrato de Financiamento, cláusula terceira, capitalizados mensalmente.
- (ii) Encargos incidentes sobre os valores aportados no mês de julho de 2018, conforme a Escritura de Debêntures, cláusula 4.2, capitalizados mensalmente.
- (iii) Referem-se aos rendimentos dos saldos recebidos dos aportes das debêntures e do financiamento com o BNDES, aplicados em renda fixa de liquidez diária e baixo risco (Notas Explicativas nº 14 e 15).

O montante total de adições de imobilizado no período de 6 meses findos em 30 de junho de 2019 que não envolveram caixa foi de R\$ 85.110 (R\$ 19.208, em 31 de dezembro de 2018).

Teste de recuperabilidade

Em 30 de junho de 2019, a Companhia revisou as premissas e estimativas de seu teste de recuperabilidade utilizadas em 31 de dezembro de 2018 e constatou que não houve alterações relevantes.

12 Intangível

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2019 do intangível

	Saldos em 31/12/2018	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 30/06/2019
Geração				
Em curso -UBP (i)	30.756	4.568	-	35.324
(-) Amortização acumulada (ii)	(175)	-	(1.049)	(1.224)
Total - Geração	30.581	4.568	(1.049)	34.100
Administração Central				
Em serviço (iii)	922	-	-	922
(-) Amortização acumulada	(741)	-	(132)	(873)
Total - Administração	181	-	(132)	(49)
Total	30.762	4.568	(1.181)	34.149

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 do intangível

	Saldos em 2017	Adições (+)	Amortização (-)	Saldos em 2018
Geração				
Em curso -UBP (i)	25.555	5.201	-	30.756
(-) Amortização acumulada	-	-	(175)	(175)
Total - Geração	25.555	5.201	(175)	30.581
Administração Central				
Em serviço (ii)	853	69	-	922
(-) Amortização acumulada	(477)	-	(264)	(741)
Total - Administração	376	69	(264)	181
Total	25.931	5.270	(439)	30.762

(i) Geração - Em curso - Utilização do Bem Público

Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 1.531. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreram a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão.

O montante a ser pago será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A obrigação está registrada no passivo circulante (R\$ 2.884 em 30 de junho de 2019 e R\$ 3.792 em 31 de dezembro de 2018) e não circulante (R\$ 31.392 em 30 de junho de 2019 e R\$ 26.965 em 31 de dezembro de 2018) em contrapartida ao intangível a valor presente descontado pela taxa de 8,71% a.a., decorrente da obtenção da Licença de Instalação do Empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo são capitalizados ao ativo intangível.

Amortização/pagamento da UBP, com início em dezembro de 2018 (início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado).

(ii) Administração - Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

13 Fornecedores

	30/06/2019	31/12/2018
Energia comprada para revenda (i)	37.382	19.944
Materiais e serviços (ii)	13.409	15.289
Fundiário (iii)	3.066	255
Retenções contratuais (iv)	2.380	2.051
Partes relacionadas (v)	2.888	4.685
EUST (vi)	2.763	-
Outros (vii)	1.449	769
	63.337	42.993

- (i) Referem-se às obrigações oriundas da aquisição de energia elétrica para atendimento dos contratos CCEAR's.
- (ii) Referem-se aos materiais/serviços para o canteiro de obras e serviços prestados.
- (iii) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório.
- (iv) Retenção de 5% do valor da medição dos fornecedores de serviços da área ambiental.
- (v) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela UTNF e EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 24.
- (vi) Referem-se aos serviços de EUST's prestados pelas transmissoras (clientes).
- (vii) Referem-se substancialmente aos gastos operacionais do Empreendimento.

14 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato incorridos até a data das informações contábeis intermediárias. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras, no ativo imobilizado, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente para aquisição de imobilizado em formação (Nota Explicativa nº 11).

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 30 de junho de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Subcrédito A	2,88% a.a.	31.984	-	(1.577)	30.407
Atualização	TJLP	-	114.751	-	114.751
		31.984	114.751	(1.577)	145.158

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Não circulante					
Subcrédito A	2,88% a.a.	916.193	-	(18.286)	897.907
Atualização	TJLP	-	26.374	-	26.374
		916.193	26.374	(18.286)	924.281
Total do financiamento		948.177	141.125	(19.863)	1.069.439

Movimentação do financiamento em 2019 - 6 meses

	Saldo em 2018	Adições	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/06/2019
Circulante							
Subcrédito A	18.950	-	(9.786)	20.723	-	(520)	30.407
Atualização	80.068	-	(47.972)	82.655	-	-	114.751
	99.018	-	(57.758)	103.378	-	(520)	145.158
Não circulante							
Subcrédito A	918.630	-	-	(20.723)	-	-	897.907
Atualização	59.155	-	-	(82.655)	49.874	-	26.374
	977.785	-	-	(103.378)	49.874	-	924.281
Total do financiamento	1.076.803	-	(57.758)	-	49.874	(520)	1.069.439

Movimentação do custo incremental em 30 de junho de 2019

Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/19
20.382	-	(520)	19.862

Movimentação do custo incremental em 31 de dezembro de 2018

Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2018
18.845	2.497	(960)	20.382

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado	30/06/19	31/12/2018
Encargos totais da dívida	520	92.233
Amortização do custo incremental	49.874	960
Rendimento da aplicação financeira	-	(2.440)
	50.394	90.753

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2018

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Subcrédito A	2,88% a.a.	19.997	-	(1.047)	18.950
Atualização	TJLP	-	80.068	-	80.068
		19.997	80.068	(1.047)	99.018

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Não circulante					
Subcrédito A	2,88% a.a.	937.966	-	(19.335)	918.631
Atualização	TJLP	-	59.154	-	59.154
		937.966	59.154	(19.335)	977.785
Total do financiamento		957.963	139.222	(20.382)	1.076.803

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª - Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
D	<u>5.000</u>	TJLP	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da Companhia
Total	<u>1.018.000</u>		

A liberação do restante dos subcréditos, que sofrem atualização monetária pelo TJLP, ocorrerá de acordo com as etapas de operacionalização do projeto e da realização dos programas de investimentos sociais. A seguir apresentamos o cronograma previsto para a liberação do saldo a receber com os montantes expressos em valor de face:

Período	Subcréditos			Total
	A	B	D	Total
Jul/19	60	-	-	60
Ago/19	930	-	-	930
Set/19	55	915	-	970
Out/19	-	900	-	900
Nov/19	-	41.185	3.745	44.930
Dez/19	-	-	840	840
Jan/20	-	-	90	90
Fev/20	-	-	90	90
Mar/20	-	-	90	90
Abr/20	-	-	40	40
Mai/20	-	-	40	40
Jun/20	-	-	10	10
Jul/20	-	-	-	-
Ago/20	-	-	-	-
Set/20	-	-	55	55
Total	<u>1.045</u>	<u>43.000</u>	<u>5.000</u>	<u>49.045</u>

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Exercícios	Total
2019	53.059
2020	93.676
2021	50.080
2022	25.811
2023	28.103
2024	30.599
2025	33.316
Após 2025	<u>774.658</u>
Total da dívida com encargos	<u>1.089.302</u>
Custo incremental	<u>(19.863)</u>
	<u>1.069.439</u>

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretroatável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- Penhor, em caráter irrevogável e irretroatável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.
- Fiança corporativa do acionista da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (EDFNF) e do controlador final Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda de pagamento feita pelo BNDES, relativamente ao saldo da dívida, sempre limitada às seguintes proporções: EDFNF 51% e ELETROBRAS 49%, em que as fianças serão dispensadas pelo BNDES, após 31 de dezembro de 2019, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 19ª (Conclusão Física e Financeira) do contrato de financiamento. Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 9, o contrato de financiamento com o BNDES também determina a criação de Contas Reservas.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, nas notas

explicativas das demonstrações financeiras anuais relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos): (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa.

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais, e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das informações contábeis em 30 de junho de 2019.

15 Debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000 (“Segunda Emissão de Debêntures”). A integralização das debêntures foi realizada à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo preço da subscrição das debêntures, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da B3, a partir da data de início da distribuição das debêntures. O resultado do processo do *Bookbuilding* permitiu a emissão das debêntures com a taxa final de IPCA + 7,9461%. A totalidade dos recursos obtidos, no montante de R\$ 223.739, líquidos dos custos de captação, destinaram-se à construção da UHE Sinop.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão - Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos semestrais a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado

O valor nominal atualizado será amortizado em 14 (quatorze) parcelas, sendo a primeira devida em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2019	17.195
2020	665
2021	2.468
2022	6.176
2023	10.057
2024	14.682
2025	18.447
A partir de 2025	<u>194.595</u>
Total da dívida com encargos	<u>264.285</u>
Custo incremental	<u><u>(11.389)</u></u>
	<u>252.896</u>

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 (quinze) de junho de 2019 (exclusive) serão integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 (quinze) de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios será realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; EDFNF 51%; e ELETRONORTE 24,5%, em que as fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição da Companhia, disponível no sítio na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) - Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICS D) - LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social/Amortização de principal e pagamento de juros.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do *Completion* Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base em demonstrações financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o *Completion* Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

Além da condição mencionada acima, a Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático a apuração do ICSD num patamar inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) por três anos consecutivos ou por três anos intercalados. A apuração do ICSD deve ser realizada após o encerramento de cada exercício fiscal com base nas demonstrações financeiras auditadas.

Composição das debêntures em 30 de junho de 2019

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	6.986	-	(324)	6.662
Atualização		-	10.255	-	10.255
		6.986	10.255	(324)	16.917
Não circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	247.044	-	(11.065)	235.979
		247.044	-	(11.065)	235.979
Total das debêntures		254.030	10.255	(11.389)	252.896

Movimentação das debêntures em 2019 - 6 meses

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/06/2019
Circulante						
Debêntures	5.564	-	590	-	(12)	6.166
Atualização	315	-	10.005	431	-	10.751
	5.879	-	10.595	431	(12)	16.917
Não circulante						
Debêntures	218.612	-	(590)	-	(423)	218.445
Atualização	12.303	-	(10.005)	15.236	-	17.534
	230.915	-	(10.595)	15.236	(423)	235.979
Total das debêntures	236.794	-	-	15.667	(435)	252.896

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/2019
11.824	-	(435)	11.389

Encargos financeiros adicionados ao imobilizado em 30 de junho de 2019

Encargos totais da dívida	15.667
Amortização do custo incremental	435
	16.102

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2018

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	5.900	-	(336)	5.564
Atualização		-	315	-	315
		5.900	315	(336)	5.879
Não circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461%	230.100	-	(11.488)	218.612
Atualização		-	12.303	-	12.303
		230.100	12.303	(11.488)	230.915
Total das debêntures		236.000	12.618	(11.824)	236.794

Movimentação das debêntures em 2018 - 12 meses

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2018
Circulante						
Debêntures	-	-	5.900	-	(336)	5.564
Atualização	-	-	-	315	-	315
	-	-	5.900	315	(336)	5.879
Não circulante						
Debêntures	-	236.000	(5.900)	-	(11.488)	218.612
Atualização	-	-	-	12.303	-	12.303
	-	236.000	(5.900)	12.303	(11.488)	230.919
Total das debêntures	-	236.000	-	12.618	(11.824)	236.974

Composição do custo incremental

Saldo em 31/12/2017	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2018
-	12.262	(438)	11.824

O contrato possui cláusulas restritivas (*covenants*) atreladas a condições operacionais, e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data-base das informações contábeis em 30 de junho de 2019.

16 Provisões socioambientais

Referem-se à provisão relacionada aos gastos futuros com os programas socioambientais, a qual foi agregada ao custo do reservatório (imobilizado).

Circulante

	30/06/2019	31/12/2018
Investimentos sociais	16.462	16.462
Físico biótico	1.490	1.490
	17.952	17.952

Não circulante

	30/06/2019	31/12/2018
Investimentos sociais	43.646	43.646
Físico biótico	490	490
(-) Ajuste a valor presente	(5.604)	-
	38.532	44.136

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, com base em estudos que levaram em conta os compromissos assumidos por meio de diversos projetos relacionados às atividades socioambientais da UHE Sinop, registrou no passivo circulante R\$ 17.952 e no passivo não circulante R\$ 44.136, resultando na constituição do valor de provisão socioambiental no montante total de R\$ 62.088.

Em 30 de junho a Companhia ajustou a provisão a valor presente no valor de R\$ 5.604, tendo como base a projeção do IPCA de 4% a.a.

17 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais danos, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem

sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em sede e momento oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade “provável”

Movimentação em 2019

	31/12/2018	Adições	Pagamentos/ baixas	30/06/2019
Trabalhistas (i)	108	783	108	783
Total	108	783	108	783

(i) A Companhia é ré no Processo nº 12283920175230000 na Justiça Trabalhista no estado de Mato Grosso.

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores, especialmente quando o risco de perda é possível, mas o risco de desembolso é remoto. Em 30 de junho de 2019, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 144.616 (R\$ 100.587 em 31 de dezembro de 2018), tais como: processos trabalhistas (envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte e eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária), e regulatórios/ambientais — Ação Civil Pública (ACP) —, tendo em vista que as ACPs questionam apenas o licenciamento do EIA/RIMA.

Movimentação em 2019 – 6 meses

	31/12/2018	Adições	Baixas	30/06/2019
Cíveis e outras (i)	67.557	43.953	(37)	111.473
Trabalhistas (ii)	2.762	518	(1.094)	2.186
Tributárias (iii)	30.268	689	-	30.957
Total	100.587	45.160	(1.131)	144.616

Movimentação em 2018 – 12 meses

	2017	Adições	Baixas	2018
Cíveis e outras (i)	12.445	57.288	(2.176)	67.557
Trabalhistas (ii)	1.960	1.452	(650)	2.762
Tributárias (iii)	-	30.268	-	30.268
Total	14.405	89.008	(2.826)	100.587

(i) Cíveis

- i.1. Ação Civil Pública nº 1000465-52.2018.401.3603 em que o Ministério Público Federal questiona o pagamento da indenização para parte dos imóveis adquiridos para fins de implantação do Empreendimento, com perda possível e risco estimado em R\$ 32.000.

- i.2. Recurso Administrativo com pedido de efeito suspensivo interposto em relação à Condicionante 5.1 estabelecida no Parecer Técnico nº 109905/CLEIA/SUIMIS/2017 como condição de validade da Autorização de Desmate nº 638/2017, que exige a apresentação pela Sinop Energia de um Programa de Apoio Operacional à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso (SEMA/MT), com perda possível e risco estimado de R\$ 20.000.
- i.3. Recurso administrativo da multa de R\$ 50.000 decorrente de mortandade de peixes localizada a jusante do barramento da UHE Sinop, com risco de R\$ 21.000;
- i.4. Ação civil pública n. 1000.543-12.2019.4.01.3603 que possui como autor o Ministério Público Federal e busca a responsabilização civil da Sinop Energia em razão da mortandade de peixes.

(ii) Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como “possível” de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

(iii) Tributárias

iii.1. A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 001/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% e multa de infração de 100% totaliza R\$ 9.197. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.

iii.2. A Companhia discute na esfera administrativa a Notificação Fiscal nº 030/ISSQN/2018, por meio da qual a Prefeitura Municipal de Cláudia/MT cobra o ISSQN supostamente recolhido a menor no bojo do contrato de EPC firmado com a Construtora Triunfo S.A. A diferença a recolher acrescida de juros, correção e multa de mora de 20% totaliza R\$ 21.071. Contudo, qualquer que seja o resultado do julgamento administrativo, ainda haverá a via judicial, conforme a previsão contratual de acionamento da Construtora Triunfo caso tenha havido algum recolhimento a menor de impostos por ela devidos.

18 Capital social

Em 30 de junho de 2019, o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1.960.136 (R\$ 1.694.200, em 31 de dezembro de 2018), que compreende 1.960.136.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2019 é de R\$ 1.960.136 (R\$ 1.880.136.449 em 31 de dezembro de 2018), até o limite de 1.960.136.449 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 30 de junho de 2019:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	480.233	480.233	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	480.233	480.233	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	999.670	999.670	51,0%
	1.960.136	1.960.136	100,0%

A estrutura societária da Companhia está assim representada, em 31 de dezembro de 2018:

Acionistas	Subscrito e integralizado	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	415.079	460.633	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF	415.079	460.633	24,5%
Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.	864.042	958.870	51,0%
	1.694.200	1.880.136	100,0%

Em 15 de janeiro de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 63.000 em moeda corrente, conforme aprovação em Reunião de Conselho de Administração (RCA) de 19 de dezembro de 2018.

Em 05 de fevereiro de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 65.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 16 de janeiro de 2019.

Em 07 de março de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 20.000 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 16 de janeiro de 2019.

Em 05 de abril de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 37.936 em moeda corrente, conforme aprovação em RCA de 20 de março de 2019.

Em 10 de junho de 2019, foi integralizado em capital o valor de R\$ 80.000 em moeda corrente, conforme aprovação em AGE de 10 de junho de 2019.

a. Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias	(39.464)	(6.170)	(60.879)	(21.829)
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	1.906.803	1.694.200	1.857.002	1.680.867
Prejuízo por ação (básico) - R\$	(0,02070)	(0,00364)	(0,03278)	(0,01299)
Prejuízo por ação (diluído) - R\$	(0,02070)	(0,00364)	(0,03278)	(0,01299)

Em 30 de junho de 2019 e 2018, o prejuízo por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

19 Receitas líquidas com comercialização de energia elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita com venda de energia elétrica (i)	61.513	19.111	130.382	35.672
PIS sobre venda de energia elétrica	3.083	(315)	(2.151)	(589)
COFINS sobre venda de energia elétrica	(8.773)	(1.453)	(9.909)	(2.711)
Encargos setoriais (ii)	(553)	-	(1.172)	-
Outras receitas (iii)	-	8.772	-	8.772
	55.270	26.115	117.150	41.144

- (i) Referem-se à comercialização de energia elétrica no ACR (919.773 MWh) e no ACR (33.196 MWh).
- (ii) Os encargos setoriais referem-se à obrigação de recolher 1% sobre a receita operacional líquida, que passou a ser exigível a partir de 1º de dezembro de 2018, quando encerrou o período de excludente de responsabilidade decretado pela ANEEL, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1(ii).
- (iii) Prêmio recebido pela desconstrução da compra de energia elétrica de R\$ 8.772 no ACL.

20 Custos com comercialização de energia elétrica

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Energia elétrica comprada para revenda	(97.841)	(20.959)	(176.195)	(47.564)
	(97.841)	(20.959)	(176.195)	(47.564)

Referem-se à aquisição de energia elétrica, no montante de 953.038,80 MWh, deduzidos os tributos sobre o faturamento (PIS e COFINS).

21 Encargos de uso do sistema de transmissão

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Encargos de uso do sistema de transmissão	(9.069)	(9.156)	(17.971)	(17.651)
	(9.069)	(9.156)	(17.971)	(17.651)

Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão incorridos e pagos entre dezembro de 2017 e junho de 2018, subsequentemente determinados indevidos, conforme Ofício nº 43/2008-SRT/SCG/ANEEL. Este saldo será compensado mensalmente a partir do início da atividade de geração de energia elétrica até a realização total do crédito. Em 31 de julho de 2018, com base no estipulado pelo Ofício nº 43/2008-SRT/SCG/ANEEL citado acima, a Companhia reclassificou R\$ 18.473 para o Ativo Circulante - Despesas antecipadas (Nota Explicativa nº 8).

A partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia iniciou as apropriações do saldo do Ativo Circulante - Despesas Antecipadas, conforme orientação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

22 Despesas gerais e administrativas

Nota	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em		
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	
Serviços de terceiros	22.a	(4.332)	(3.692)	(7.908)	(5.927)
Pessoal, encargos e benefícios	22.b	(2.040)	(2.099)	(4.218)	(4.893)
Depreciações e amortizações	11 e 12	(658)	(119)	(1.307)	(237)
Litígios trabalhistas	17	7	-	(783)	-
Passagens e hospedagens		(265)	(203)	(405)	(348)
Materiais		(200)	(50)	(273)	(91)
Arrendamentos e aluguéis		(128)	(122)	(244)	(195)
Outros		(950)	(392)	(1.329)	(654)
		(8.566)	(6.677)	(16.467)	(12.345)

a. Serviços de terceiros	Períodos de três meses		Períodos de seis meses	
	findos em		findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Assessoria e consultoria de O&M	(2.194)	-	(4.389)	-
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(1.279)	(3.226)	(2.177)	(5.011)
Monitoramento e vigilância	(449)	(56)	(478)	(192)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(152)	(215)	(411)	(341)
Telefonia, internet, água e energia elétrica	(189)	(87)	(281)	(183)
Transportes	(2)	-	(11)	(21)
Outros	(67)	(108)	(161)	(179)
	(4.332)	(3.692)	(7.908)	(5.927)

b. Pessoal, encargos e benefícios	Períodos de três meses		Períodos de seis meses	
	findos em		findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Remuneração de empregados	(1.199)	(1.382)	(2.561)	(3.468)
Encargos trabalhistas	(526)	(420)	(1.025)	(847)
Benefícios a empregados	(315)	(297)	(632)	(578)
	(2.040)	(2.099)	(4.218)	(4.893)

23 Resultado financeiro

	Períodos de três meses		Períodos de seis meses	
	findos em		findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras (i)	1.343	1.619	2.468	3.762
Descontos obtidos	11	16	20	26
Juros e multas	45	-	51	-
Subtotal	1.399	1.635	2.539	3.788
Despesas financeiras				
Juros e multas	(944)	(259)	(1.210)	(369)
Outras despesas financeiras	(40)	(15)	(75)	(15)
IOF (ii)	(12)	(51)	(23)	(71)
Subtotal	(996)	(325)	(1.308)	(455)
	403	1.310	1.231	3.333

- (i) Os rendimentos provenientes dos aportes do BNDES foram deduzidos dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas foram executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27.
- (ii) Em 30 de junho de 2019 e 2018, o montante de IOF pago pela Companhia originou-se de aplicações financeiras que permaneceram investidas por menos de 30 dias.

24 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Companhia possuía como partes relacionadas administradores e controladores.

- Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração. A composição detalhada do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria estatutária está disponível para consulta no Formulário de Referência da Companhia, devidamente protocolado no *site* da Comissão de Valores Mobiliários, e, ainda, no *site* de Relações com Investidores da Companhia.

- Os controladores da Companhia são: Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. (UTNF), Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE; a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) são controladoras finais.
- A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda. (EDF Projetos) é subsidiária integral do controlador da Companhia Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.

Controladores

Empresas	Natureza da operação	01/01/2019 a 30/06/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
EDF Projetos	Serviços (i)	-	2.271	(3.833)	-	2.120	(6.019)
	Total	-	2.271	(3.833)	-	2.120	(6.019)
UTNF	Serviços (ii)	224	-	(337)	581	50	(1.517)
	Total	224	-	(337)	581	50	(1.517)
CHESF	Venda de energia elétrica EUST (iii)	363	-	2.193	-	-	-
	Acordo bilateral (iv)	-	448	(502)	-	-	-
	Total	363	448	1.691	-	-	(721)
ELETRONORTE	Venda de energia elétrica EUST (iii)	363	-	2.193	-	-	-
	Acordo bilateral (iv)	-	301	(342)	-	-	-
	Reserva não contratada (v)	-	-	-	-	2.515	(9.980)
	Compra de energia (vi)	-	-	-	-	-	(142.305)
	Total	363	301	1.851	-	2.515	(153.006)
Total geral		950	3.020	(628)	581	4.685	(161.263)

- (i) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e Instalações associadas.
- (ii) Prestação de serviços de gestão da UHE Sinop por recursos humanos cedidos à Companhia pela UTNF.
- (iii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão.
- (iv) Prêmio por descontração de energia elétrica por meio de CCEAR.
- (v) Prêmio mensal por descontração de energia elétrica no ACL.
- (vi) Compra de energia elétrica no ACL.

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2019 foi determinada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2019.

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Remuneração do Conselho de Administração e diretores (a)	(308)	(447)	(813)	(1.621)
Encargos trabalhistas e sociais do Conselho de Administração e diretores (b)	(169)	(170)	(375)	(368)
Benefícios do Conselho de Administração e diretores (c)	(85)	(79)	(178)	(154)
Remuneração do Conselho Fiscal (d)	(55)	(34)	(111)	(67)
	(617)	(730)	(1.477)	(2.210)

- (i) Composta por ordenados e salários.
- (ii) Provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos sociais.
- (iii) Compostos por benefícios concedidos, como assistência médica, entre outros.
- (iv) Composta por ordenados e salários.

25 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Aplicações financeiras”, “Adiantamento a fornecedores”, “Fornecedores”, “Fundos vinculados” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 30 de junho de 2019, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

	Nota	30/06/2019		31/12/2018	
		Ativos financeiros a custo amortizado	Valor justo	Ativos financeiros a custo amortizado	Valor justo
Ativos financeiros não-mensurados a valor justo					
Títulos e valores mobiliários	5	35.515	35.515	15.999	15.999
Fundos vinculados	9	88.462	88.462	56.616	56.616
		123.977	123.977	72.615	72.615
Passivos financeiros não-mensurados a valor justo					
Fornecedores e encargos setoriais (i)	13 e 16	120.581	120.581	105.243	105.243
Empréstimos e financiamentos	14	1.069.439	1.069.439	1.076.803	1.076.803
Debêntures	15	252.896	252.896	236.794	236.794
		1.442.916	1.442.916	1.418.840	1.182.046

- (i) Em 30 de junho de 2019, os encargos setoriais mencionados neste demonstrativo representam R\$ 760 (R\$ 162 em 31 de dezembro de 2018).

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	30/06/2019	31/12/2018
Financiamentos, empréstimos e debêntures	14 e 15	1.322.335	1.313.597
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4 e 5	<u>(35.976)</u>	<u>(16.521)</u>
Dívida líquida		1.286.359	1.297.076
Patrimônio líquido		<u>1.183.176</u>	<u>978.119</u>
Total do capital		<u>2.469.535</u>	<u>2.275.195</u>
Índice de alavancagem financeira		<u>52%</u>	<u>57%</u>

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco do Brasil e Bradesco e Itaú.

A Companhia possui duas carteiras de aplicações: (i) as aplicações de rendas fixa e baixo risco, no Banco do Brasil, remunerada a 96% do CDI; no Banco Itaú, remunerada a 95% do CDI; e no Banco ABC, remunerada a 75% do CDI; e (ii) as aplicações em fundos de investimentos no Bradesco, em conta vinculada permitida pelo BNDES, composta da seguinte forma: 78,37% em títulos públicos; 21,63% em compromissadas, remunerada em 6,14% nos últimos 12 meses.

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 5).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Notas Explicativas nºs 4 e 5).

Risco de preço

As receitas da Companhia, quando do início de suas operações comerciais, serão, nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 72% de seus compromissos contratuais, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas obrigações oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre estão atrelados ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de liquidez

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. O detalhamento da dívida e dos prazos de financiamento de longo prazo da Companhia perante o BNDES e seus debenturistas estão evidenciados nas Notas Explicativas nºs 14 e 15, respectivamente.

A Companhia está em fase pré-operacional (em construção), e, dentro do plano de negócios que prevê todo o período futuro de concessão da Companhia, a Administração prevê que sua rentabilidade futura será suficiente para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados e honrar todos os compromissos assumidos. A Companhia está em fase pré-operacional (em construção) e vem despendendo quantias significativas e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e/ou terceiros para a conclusão da Usina Hidroelétrica Sinop (“UHE Sinop”). Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 01, os acionistas realizarão os aportes em *equity* necessários até a entrada em operação comercial. Adicionalmente, a Administração estuda alternativas de financiamento de curto ou longo prazo como complemento à injeção de recursos advindos dos acionistas.

O valor justo não foi divulgado, pois ele é razoavelmente igual ao valor contábil.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 30 de junho de 2019, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI e TJLP divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foi calculada as receitas e despesa financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

Ativos			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Risco na depreciação da taxa de juros:	30/06/2019	Risco	Provável	-25%	-50%
Aplicações	58.526		54.932	52.237	50.441
Receita financeira projetada anual		Carteira de fundos	3.593	2.695	1.797
Taxa sujeita à variação			6,14%	4,61%	3,07%
Variação - R\$				(898)	(1.797)
Risco na depreciação da taxa de juros	30/06/2019	Risco	Provável	-25%	-50%
Aplicações	35.265		33.580	32.128	31.160
Receita financeira projetada anual		Redução do CDI	1.936	1.452	968
Taxa sujeita à variação			5,45%	4,09%	2,73%
Variação - R\$				(484)	(968)
Passivos			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Risco na apreciação da taxa de juros	30/06/2019	Risco	Provável	25%	50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (a)	1.089.302		1.155.586	1.172.157	1.188.728
Despesa financeira projetada		Aumento da TJLP	66.284	82.855	99.426
Taxa de juros			6,09%	7,61%	9,13%
Variação - R\$				16.571	33.142
Risco na depreciação da taxa de juros	30/06/2019	Risco	Provável	-25%	-50%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (a)	1.089.302		1.023.018	973.305	940.163
Despesa financeira projetada		Redução da TJLP	66.284	49.713	33.142
Taxa de juros			6,09%	4,56%	3,04%
Variação - R\$				(16.571)	(33.142)
Risco na apreciação da taxa de juros	30/06/2019	Risco	Provável	25%	50%
Debêntures (b)	264.285		274.328	276.839	279.349
Despesa financeira projetada		Aumento do IPCA	10.043	12.554	15.064
Taxa de juros			3,80%	4,75%	5,70%
Variação - R\$				2.511	5.021
Risco na depreciação da taxa de juros	30/06/2019	Risco	Provável	-25%	-50%
Debêntures (b)	264.284		254.242	246.710	241.689
Despesa financeira projetada		Aumento do IPCA	10.043	7.532	5.021
Taxa de juros			3,80%	2,85%	1,90%
Variação - R\$				(2.511)	(5.021)

Composição dos saldos	BNDES (a)	Debêntures (b)
Nota explicativa	14	15
Saldo final	1.069.439	252.896
Custo incremental	19.863	11.389
	1.089.302	264.285

Premissas (média entre 2019 e 2020)

TJLP - Passivos	a.a.	6,09%
Carteira de fundos Bradesco - Ativos	a.a.	6,14%
CDI - Ativos	a.a.	5,45%
IPCA - Passivos	a.a.	3,80%

26 Cobertura de seguros e depósitos caucionados

Como condição para a participação no Leilão nº 006/2013-ANEEL (A-5), a Companhia foi requerida a contratar Seguro-Garantia em favor da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As garantias financeiras têm como finalidade proporcionar maior segurança às operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE, tendo em vista que eventuais inadimplências podem comprometer a segurança das operações.

- Seguradora: Junto Seguros S.A. (anteriormente denominada J. Malucelli Seguradora S.A.)

Objeto: Seguro Garantia em favor da CCEE
Apólice nº 01-0775-0185254
Vigência: 01/08/2019 até 01/01/2020
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 62.210

Além da apólice acima, a Companhia figura como beneficiária do seguro tipo D&O contratado em nome da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A., cujas condições constam da seguinte forma:

- Seguradora: AXA Seguros S.A.

Objeto: Seguro D&O

Declaração de seguros datada em 11/04/2019 – aguardando a emissão da apólice.
Vigência: 31/03/2019 até 31/03/2020
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 14.248

A Companhia também figura como beneficiária dos seguros a seguir:

- Seguradora: Austral Seguradora S.A.

Objeto: Risco de Engenharia - Execução de obras civis em construção da UHE Sinop
Apólice nº 1006700000512
Vigência da cobertura básica: 19/08/2014 até 28/02/2019
Vigência da manutenção ampla: 28/02/2019 até 28/02/2021
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 1.199.810

- Seguradora: Liberty Seguros

Objeto: Seguro garantia – Venda de energia elétrica

Apólice nº 76-97-000.197
Vigência: 01/02/2019 até 15/02/2020
Limite Máximo de Garantia (LMG): R\$ 751

A Companhia é favorecida do depósito de caução a seguir:

- Banco: Caixa

Objeto: Seguro garantia – Venda de energia elétrica
Ag.: 2403 Conta 473-5
Abertura da conta: 01/02/2019
Depósito: R\$ 751

27 Compromissos

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui o montante de R\$ 164.866 de compromissos assumidos, que se referem, principalmente, a: (a) contratação de fornecedores de materiais e serviços para a construção da UHE Sinop; (b) contratação de serviços para a operação, gestão e manutenção da UHE Sinop; e (c) obrigações assumidas em função do constante do Plano Básico Ambiental.

Compromissos	Total
Operação e manutenção da usina	110.983
Plano Básico Ambiental	17.568
Obras da barragem	15.010
Assessorias, consultorias e auditorias	11.421
Fundiário	6.058
Obras do reservatório	3.397
Supressão vegetal	429
Total	<u>164.866</u>

28 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante o período findo em 30 de junho de 2019 a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	2019
Aquisição de bens do ativo imobilizado	130.892
(-) Aquisições via fornecedores que não tiveram efeito caixa	<u>(19.569)</u>
Total dos pagamentos para aquisição de bens	111.323

29 Eventos subsequentes

- a) Aprovação do Plano de Negócios e do Novo Limite do Capital Social Autorizado e Integralização de Capital Social em AGE de 05 de julho de 2019

Em 05 de julho de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas aprovaram a atualização do Plano de Negócios nos termos que foi submetido pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de junho de 2019 e fixaram o novo limite do Capital Social Autorizado em R\$ 2.234.136.449,00 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e seis mil, quatrocentos e quarenta e nove reais).

b) Integralização de Capital Social

Em 08 de julho de 2019, o montante de R\$ 120.000 foi integralizado em moeda corrente no prazo estipulado em Ata de Reunião do Conselho de Administração em 21 de junho de 2019.

c) Constituição da Conta Reserva Adicional das Debentures, do novo montante da Conta Reserva Adicional do BNDES e do saldo integral da Conta Pagamento das Debentures em 15 de julho de 2019

Em 15 de julho de 2019, a Companhia realizou os aportes em moeda corrente para preencher - integralmente - os saldos da Conta Reserva Adicional das Debentures, do novo montante da Conta Reserva Adicional do BNDES e do saldo integral da Conta Pagamento das Debentures conforme a seguir:

Contas	Aportes	Saldos constituídos
Reserva adicional do BNDES	57.491	86.721
Reserva adicional de Debêntures	17.302	17.302
Pagamento das Debêntures	2.872	5.767
	<u>77.665</u>	<u>109.790</u>

* * *

Ricardo Murilo Padilha de Araújo
Diretor presidente

Mauro de Almeida Santos
Diretor administrativo e financeiro e
Diretor de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador
CRCMT 005078-0/9